

Declaração n.º 17/2019

Declara-se que fica sem efeito a inclusão de Maria Fernanda Abrantes, escritora de direito da Direção-Geral Administração Justiça, publicada no *Diário da República*, n.º 47, 2.ª série, de 8 de março de 2016 (aviso n.º 3042/2016) em virtude de ter sido revogado o ato que lhe concedeu a aposentação.

2019-02-27. — O Diretor Central, *Vasco Sérgio Costa*.

312107842

Declaração de Retificação n.º 210/2019

Por ter saído com inexatidão o aviso n.º 2046/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2019, retifica-se que, a p. 4721, a publicação referente a Maria Manuela Lanos Azevedo Vaz não deve ser considerada sob o título «Estado-Maior da Força Aérea» mas sim «Defesa Nacional».

2019-02-27. — O Diretor Central, *Vasco Sérgio Costa*.

312107826

Declaração de Retificação n.º 211/2019

Por ter saído com inexatidão o aviso n.º 18145/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 7 de dezembro de 2018, retifica-se que, a p. 32845, a publicação referente a Jorge António Camacho Borges não deve ser considerada sob o título «Educação» mas sim «Região Autónoma da Madeira».

2019-02-27. — O Diretor Central, *Vasco Sérgio Costa*.

312107794

FINANÇAS E SAÚDE**Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Saúde****Portaria n.º 192/2019**

A Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., necessita de proceder à aquisição de veículos, celebrando o respetivo contrato de aquisição deste serviço pelo período de 36 meses, pelo que é necessária a autorização para assunção de compromisso plurianual.

Assim:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação, e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, o seguinte:

1 — Fica a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., autorizada a assumir um encargo plurianual relativo ao contrato de AOV — Aluguer Operacional de Veículos, para serviços gerais, podendo no máximo uma das viaturas ter características para afetar ao Conselho de Administração, até ao montante de 487.804,88 EUR (quatrocentos e oitenta e sete mil oitocentos e quatro euros e oitenta e oito cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, referente à aquisição de veículos.

2 — Os encargos resultantes do contrato não excederão, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2019: 121.951,22 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
2020: 162.601,63 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
2021: 162.601,63 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
2022: 40.650,41 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

3 — A importância fixada para cada ano económico pode ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

4 — Os encargos objeto da presente portaria são satisfeitos por verbas adequadas da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E.

22 de fevereiro de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 25 de fevereiro de 2019. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

312101653

DEFESA NACIONAL**Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional****Despacho n.º 2275/2019**

Na sequência do procedimento concursal destinado à seleção do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe de Divisão de Análise Jurídica e Contratual, nos termos do disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a Licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto.

A nomeada tem perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objetivos da Divisão de Análise Jurídica e Contratual, sendo dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo profissional.

A ora nomeada fica autorizada, ao abrigo do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a optar pela remuneração que lhe é devida pela categoria de origem.

O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 11 de dezembro de 2018.

11 de janeiro de 2019. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

Síntese Curricular

Nome: Cristina Maria da Cunha Pinto
Local e data de nascimento: Lisboa, 6 de Abril de 1964
I — Percurso académico e formativo

Seminário “Recent Developments in European Public Procurement and Case Law”, EIPA (Instituto Europeu de Administração Pública), Maastricht, Junho 2017.

Pós-graduação em Contratação Pública, Faculdade de Direito da Universidade Católica, Lisboa, ano letivo 2016/2017.

II Congresso de Direito Administrativo, Lisboa, Outubro 2016.

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, INA, Lisboa, Maio 2016.

Estágio na Ordem dos Advogados, concluído com aproveitamento em 1999 (advogada com inscrição suspensa nos termos dos Estatutos).

Licenciatura em “Direito”, Universidade Internacional, Lisboa, 1996.

Especialização em “Planeamento e controlo de gestão” da licenciatura em “Gestão e Administração Pública”, ISCSP/UTL, 1991.

Licenciatura em “Gestão e Administração Pública”, especialização em “Gestão de Recursos Humanos”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade Técnica de Lisboa (UTL), 1990.

II — Experiência Profissional

Desde Outubro de 2015 até à presente data, a exercer funções de Chefe da Divisão de Análise Jurídica e Contratual (DAJC), da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), Ministério da Defesa Nacional (MDN), Lisboa.

Representante nacional no grupo de peritos designado *Expert Group on Defence and Security Procurement*, Comissão Europeia.

De Setembro de 2013 a Setembro de 2015, integrou o Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico (equipa multidisciplinar), da DGRDN, MDN.

Entre Junho de 2007 e Agosto de 2013 esteve em missão em Timor-Leste, onde desempenhou as seguintes funções:

Assessora Sénior do Ministério da Justiça de Timor-Leste, no âmbito do Programa de Justiça das Nações Unidas “United Nations Development Program — Strengthening the Justice System in Timor-Leste” e do projeto “East Timor Justice Sector Support Facility”, financiado pela cooperação australiana (AusAID), tendo como principais áreas de intervenção: planeamento estratégico, coordenação e implementação de projetos estratégicos para o setor da justiça, formação e desenvolvimento de recursos humanos do setor da justiça, planeamento e orçamento, assessoria ao Ministro da Justiça.

Assessora para a execução orçamental no âmbito do projeto “Ministry of Planning and Finance Capacity Building Project” — Timor-Leste, financiado pela AusAID, tendo como principal função a capacitação institucional nas áreas do planeamento, orçamento anual e execução orçamental, e assessoria ao Ministro da Justiça e ao Diretor Nacional de Administração e Finanças do Ministério da Justiça.